



1

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG - FORTALEZA/CE – 11/11/2011**
2 **ATA 18/2011**

3

4

5 Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às nove horas, no Salão
6Capitólio do Hotel Gran Marquise, localizado na Avenida Beira Mar, 3.980, Praia do
7Mucuripe, Fortaleza/CE, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos
8Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram
9presentes os Excelentíssimos Senhores Doutores: Sammy Barbosa Lopes, Procurador-
10Geral de Justiça do Acre, Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de
11Alagoas, Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das
12Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Maria do Perpétuo
13Socorro França Pinto, Procuradora-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim
14Carvalho, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Sérgio Dário
15Machado, Procurador de Justiça, representando Fernando Zardini Antônio,
16Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Benedito Torres Neto, Procurador-Geral
17de Justiça de Goiás; Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral
18de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do
19Mato Grosso; Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do
20Pará; Nelson Antônio Carvalho Lemos, Subprocurador Geral de Justiça, representando
21Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba; Olympio de
22Sá Sotto Maior Neto, Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Zélia Saraiva Lima,
23Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de
24Justiça do Rio de Janeiro, Presidente do CNPG; Mildred Medeiros de Lucena,
25Procuradora-Geral Adjunta, representando Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-
26Geral de Justiça do Rio Grande do Norte; Héverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral
27de Justiça de Rondônia; Fábio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça de Roraima;
28Fernando Grella Vieira, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo; Clenan Renaut de
29Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; José Garcia de Freitas Junior,
30Vice-Procurador-Geral de Justiça, representando Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz,
31Procuradora-Geral da Justiça Militar. O Senhor Presidente, Doutor Cláudio Soares
32Lopes, iniciou a sessão, cumprimentando a Procuradora-Geral de Justiça anfitriã, pela
33recepção calorosa proporcionada a todos os participantes da Reunião. Cumprimentou
34o Corregedor Nacional, Doutor Jeferson Coelho, o Doutor Mauro Sérgio Gurjão, a
35Conselheira do CNMP, Doutora Cláudia Chagas e a Secretária Executiva do CNPG,
36Doutora Maria Helena Nunes Lyra. Saudou aos demais Procuradores-Gerais presentes
37ao evento, bem como a todo o corpo de funcionários, integrantes da equipe de apoio.
38Após os cumprimentos, Doutor Cláudio externou a sua ideia de um calendário prévio
39para o ano de 2012, a ser aprovado pelo Colegiado. Após deliberação e aprovação do
40Colegiado, ficou assim definido o calendário: Janeiro – 18 e 19 (Brasília), Abril – Espírito



1

1 Santo, Maio – Tocantins, Junho – Amazonas, Agosto – Rio de Janeiro (II Congresso
2 Internacional do CNPG), Setembro – Rio Grande do Sul, Outubro – Goiás, Novembro –
3 Amapá. Em seguimento, o Presidente do CNPG noticiou que a Presidência enviou
4 ofício aos PGJs para que estes oficiem aos líderes e vice-líderes, na Câmara dos
5 Deputados, acerca do Projeto de Lei nº 7412, solicitando e sugerindo que eles não
6 apoiem eventual recurso ao plenário. Após, foi colocada à apreciação do Colegiado a
7 ata da Reunião do Rio de Janeiro, a qual foi aprovada. Em seguida, o Procurador-Geral
8 de Justiça do Paraná, Doutor Olympio, salientou a necessidade de discutir o tema do
9 Auxílio-Alimentação com a CONAMP, sob o prisma da equiparação do Judiciário
10 Federal com o Ministério Público Federal. A Procuradora-Geral de Justiça do
11 Maranhão, Doutora Fátima Travassos, expressou seu entendimento no sentido de que
12 deve estar previsto em lei, face à decisão do CNJ. Semelhantemente, o Procurador-
13 Geral da Bahia, Doutor Wellington também externou preocupação sobre o tema. O
14 Procurador-Geral de São Paulo, Doutor Fernando Grella, cumprimentou os presentes e
15 opinou que o tema não merece um posicionamento geral, unificado, além de seu
16 entendimento de que a luta por auxílio-alimentação de uma carreira como a do MP irá
17 gerar uma exposição desnecessária. O referido Procurador-Geral defendeu que
18 existem inúmeros outros temas a serem focados no médio e longo prazo, a exemplo do
19 adicional por tempo de serviço e de um sistema de previdência sólido. Por sua vez, o
20 Procurador-Geral da Bahia, Doutor Wellington, defendeu a necessidade de
21 normalização do assunto e formação de um consenso, levando em consideração os
22 aspectos orçamentários. Em sequência, o Presidente anunciou a presença do Doutor
23 Mário Sérgio de Sales Gurjão, cunhado do falecido Deputado Luciano Fernandes
24 Moreira. Doutor Cláudio expressou sua admiração pelo parlamentar, e lembrou-se de
25 que todos, na reunião de Barreirinha, ficaram profundamente abatidos e consternados
26 ao saberem do acidente que vitimou o nobre deputado em seu retorno da reunião.
27 Após a leitura do certificado, foi entregue ao Doutor Mário Sérgio a Medalha do CNPG.
28 Em seguida, foi deferida a palavra à Doutora Cláudia Chagas, Conselheira do CNMP,
29 Presidente da Comissão do Planejamento Estratégico daquele Órgão, que procedeu à
30 apresentação do Plano Nacional Estratégico do Ministério Público. A Conselheira
31 iniciou a sua fala, informando que o CNMP, ao completar 05 (cinco) anos, também
32 teve um trabalho e reflexão, de autocrítica, e além de ser um órgão de fiscalização,
33 também possuía a missão de contribuir para o crescimento do MP brasileiro, bem
34 como para o seu aperfeiçoamento e integração. A partir daí, teria surgido o Projeto do
35 Planejamento Estratégico. Após explicar todo o método de construção do
36 Planejamento Nacional, a Doutora Cláudia apresentou o Mapa Nacional do Plano
37 Estratégico, com 04 (quatro) grandes áreas de retorno à sociedade, a saber, 1) Defesa
38 dos direitos fundamentais, 2) Transformação Social, 3) Inclusão de Políticas Públicas e
39 4) Combate à Criminalidade. O Mapa, segundo a Conselheira, buscou refletir o que os
40 Procuradores-Gerais e os participantes das etapas iniciais do Planejamento haviam
41 externado. Um dos próximos passos, será a solicitação de envio, pelos PGJs, de

2

2



1

1 projetos bem-sucedidos, em cada um das grandes áreas. Ressaltou que um dos
2 primeiros objetivos do CNMP é ter um “Banco de Projetos”, e colaborar nessa
3 integração. A Conselheira passou a palavra à Doutora Sheila Pitombeira, a qual passou
4 a demonstrar a importância de estabelecimento dos indicadores, como baliza para
5 nortear a atuação dos MPs. No momento da realização dos Encontros Regionais (uma
6 das etapas de preparação do Planejamento), as observações mais reiteradas durante
7 os encontros, quais sejam, Criminalidade, Infância e Juventude, Meio Ambiente e
8 Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção, serviram como base para
9 montagem dos Programas. Esses Programas, por sua vez, possuem um objetivo, um
10 meta, estabelecida no último Encontro em Brasília, tudo feito em uma atuação
11 conjunta. Em conclusão, a Conselheira Cláudia Chagas ressaltou que o trabalho do
12 Planejamento Estratégico é algo vivo, a ser construído a muitas mãos, de sorte que
13 deve ser discutido a todo o momento. Por fim, agradeceu a todos os Procuradores-
14 Gerais pelo apoio e cooperação, mediante o envio de recursos documentais e
15 humanos. O Presidente do CNPG parabenizou a Conselheira, e esclareceu que há um
16 setor do CNPG, a cargo do Procurador-Geral do Espírito Santo, Doutor Fernando
17 Zardini, com o objetivo de fazer uma coletânea das boas práticas do Colegiado.
18 Concedeu-se a palavra à Doutora Socorro, a qual parabenizou a Doutora Cláudia
19 Chagas pelo trabalho, ressaltando a importância dessa reengenharia do MP a ocorrer
20 a partir dos anseios de toda a classe. O Procurador-Geral do Paraná, Doutor Olympio,
21 por sua vez, também externou os cumprimentos em face do trabalho desenvolvido no
22 Estado do Paraná, o MP Social, que consiste no deslocamento da estrutura do
23 Ministério Público para municípios com baixo IDH. Com base nisso, sugeriu que os
24 Programas do Plano Nacional pudessem ter início nesses locais mais necessitados, os
25 quais muitas vezes não estão nem mesmo aptos a receberem recursos federais e
26 estaduais. O Procurador-Geral da Bahia, Doutor Wellington externou o seu
27 reconhecimento ao trabalho da Conselheira. O Procurador-Geral de Goiás, Doutor
28 Benedito Torres, parabenizou a Doutora Cláudia e sua equipe, ressaltando a relevância
29 dos aspectos da simplificação e da instrumentalidade do Plano Estratégico, ao agir
30 eficaz do membro do MP. Um outro aspecto destacado foi o de que o Plano deve
31 nascer da “base para cima”, além de se realçar o critério da economicidade. A
32 Procuradora-Geral Adjunta do Rio Grande do Norte, Doutora Mildred Lucena,
33 salientou o aspecto da efetividade, apontado pela Conselheira Cláudia. Destacou
34 também o problema das drogas e o da criminalidade dele decorrentes. O Procurador-
35 Geral do Trabalho, Doutor Luis Camargo, apresentou os cumprimentos à Doutora
36 Cláudia Chagas e aos membros do CNPG, e informou que o MPT está construindo o seu
37 Planejamento Estratégico. Concordou com a preocupação do PGJ de Goiás quanto aos
38 gastos envolvidos. Doutor Cláudio agradeceu à Conselheira pela apresentação. Ela
39 pontuou a pertinência de todas as ponderações feitas pelos Procuradores-Gerais. Em
40 continuação, foi concedida a palavra ao Promotor de Justiça do MPDFT, Doutor José
41 Teodoro Correa de Carvalho, para apresentar a Campanha Antidrogas desenvolvida no

2

3

1

lâmbito do MPDFT. O Promotor iniciou sua apresentação, reiterando o sentimento relacionado ao problema das drogas, presente em todas as cidades brasileiras. Segundo o palestrante, sentiu-se a necessidade do estabelecimento de novas estratégias naquele Ministério Público, relativas ao combate ao consumo e tráfico de drogas. Diante da ausência de estrutura, pensou-se em estratégias de Plano estratégico, convocando os membros do MPDFT. Após, em um segundo momento, foi criado um grupo menor. Deve haver uma união desses três elementos da repressão, prevenção e tratamento. Destacou que a prevenção é papel do Executivo, mas que o MP pode ter uma ação supletiva, podendo celebrar convênios, por exemplo. No campo da repressão ao tráfico de drogas, segundo o Promotor, deve haver uma mudança de atuação com a máxima urgência. É importante avaliar o trabalho quantitativo e qualitativo da Polícia. Neste sentido foi feita uma grande reunião com as autoridades policiais, e o MPDFT sugeriu uma mudança na forma de ação. Cada promotor fez uma cobrança dirigida, convocando delegados para acompanhar a produtividade. Um outro problema diz respeito ao tráfico dentro dos presídios, havendo a proposta de compra de um scanner corporal, como forma de evitar a entrada da droga por meio das visitas. Um outro aspecto a ser considerado relaciona-se à necessidade de quebra do poder financeiro do traficante. Nesse desiderato, firmou-se convênio com a SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas), com o intuito de agilizar a alienação dos bens apreendidos com os traficantes. Quanto ao porte de drogas para consumo, o Promotor ressaltou que a legislação tirou do Poder Judiciário um papel de maior intervenção. Defendeu a criação de um protocolo dos insurgentes contra a lei. Embora haja a escassez de recursos, dever haver um melhor direcionamento mediante as características do usuário para o tratamento que mais se adeque a ele. Também relatou uma proposta de mudança de atitude do Promotor, visando a evitar um arquivamento precoce do processo. O programa também busca uma mudança de comportamento dos membros, para que ajudem ao jovem e à sua família. Relatou também a sugestão de cobrança do Poder Executivo, principalmente no tocante às unidades de saúde mental. Houve também uma séria discussão quanto à internação involuntária, modalidade que, embora pareça conveniente em um primeiro olhar, não é o método necessariamente adequado para muitos casos. No caso do usuário de maconha, por exemplo, é bem melhor que haja um acompanhamento psicológico, sem que haja a necessidade de internação. No campo da prevenção, ponderou que o MP tem um papel de articulador entre organizações públicas e privadas. O MPDFT tem feito isso: cobrando estrutura do Poder Executivo, e estabelecendo parcerias para campanhas gerais de prevenção. Relatou semelhantemente um plano específico, adotado em uma cidade satélite de Brasília, Braslândia, com participação da escola e deu destaque também à importância de um modelo de prevenção familiar. Em continuação, destacou também dois programas, implementados desde 2009 no MPDFT. O primeiro, o Programa Despertar tem como objetivo desenvolver ações preventivas e também encaminhar membros e servidores e seus familiares em caso de

1

1 dependência. Uma das atividades é o envio de cartas às casas. Há duas cartilhas, uma
2 geral, e outra dedicada às chefias, com um guia de detecção precoce de usuários. Há,
3 ainda, programas educativos e visitas a setores. Existe o atendimento pessoal, por fim.
4 Um outro programa é realizado através de campanhas publicitárias, com exibição em
5 rádio, TV e cinema., peças gráficas, expostas em ônibus, e cartazes exibidos em
6 escolas. Doutor José Teodoro exibiu um vídeo ilustrativo e um áudio. O slogan “Drogas
7 – destroem você e seu futuro” foi adotado nessas peças publicitárias. Outros vídeos
8 foram exibidos na Rede Globo e na rede de cinema Cinemax, com o slogan “Drogas –
9 você constrói, elas destroem”. Foi ainda criada uma página no Facebook, além de
10 outdoors, cartazes, e demais meios de Internet. Em relação à Campanha Publicitária,
11 relatou que não houve dispêndio do MP, buscaram-se parceiros. Ressaltou que há um
12 termo de cooperação com a empresa publicitária, pelo qual o projeto pode ser cedido
13 aos Órgãos Ministeriais que desejarem adotar a campanha. O Presidente do CNP
14 parabenizou o Promotor pela apresentação e pelo projeto desenvolvido. O PGJ Goiás,
15 Doutor Benedito ressaltou campanhas de combate às drogas implementadas também
16 no Rio de Janeiro, e no seu estado e sugeriu que deve ser feito um trabalho em nível
17 nacional, para que haja uma eficácia mais ampliada. A PGJ Ceará, Doutora Socorro
18 França, cumprimentou a Procuradora-Geral do MPDFT, Doutora Eunice Carvalhido.
19 Esclareceu que foi o MP brasileiro quem ajuizou Ação Civil Pública para incluir a
20 propaganda atualmente contemplada em embalagens de cigarro. Relatou que o GNDH
21 escolheu o tema de combate às drogas no ano de 2011, e ressaltou que o Grupo
22 poderá ser bastante útil ao Conselho para fins de combate aos problemas oriundos das
23 drogas. O Presidente do CNP alegou que há dois caminhos a serem trilhados, no que
24 concerne ao tema: o primeiro, é através dos trabalhos do GNDH, encaminhando-se ao
25 CNMP a sugestão de que o tema do combate às drogas seja uma meta nacional a ser
26 trabalhada. O segundo caminho, paralelo ao primeiro, é aproveitar esta campanha já
27 pronta do MPDFT, para servir como campanha do CNP, tentando articular com a
28 Rede Globo a veiculação do material, à semelhança de outras campanhas já veiculadas
29 pela referida emissora. A PGJ do Amapá, Doutora Ivana Franco Cei, parabenizou a
30 iniciativa do MPDFT. Nos informes da Presidência, Doutor Cláudio Lopes submeteu à
31 deliberação do Colegiado a indicação de alguns nomes escolhidos por Grupos do
32 CNP: 1) Promotor MP/MG, Doutor Jairo Cruz Moreira como Coordenador nacional
33 da Campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, com mandato a se iniciar em
34 06 de janeiro de 2012 e do Promotor MP/AC, Doutor Vinícius Menandro Evangelista de
35 Souza, como Vice-Coordenador da aludida campanha; 2) Senhora Jane Pereira dos
36 Santos, como Coordenadora da Comissão de Trabalhos de Cerimonial e Protocolo do
37 Ministério Público dos Estados e da União, Doutora Maria Amélia Araújo, do MP/RJ,
38 como Vice-Coordenadora da aludida campanha e Doutor Marcelo Pinheiro do MP/PA,
39 como Secretário da aludida Comissão. Os nomes foram aprovados pelo Colegiado. O
40 Presidente também sugeriu a entrega de um Prêmio de Jornalismo, em algumas
41 categorias, durante a realização do II Congresso Internacional do CNP, a ocorrer no



1

Rio de Janeiro, em agosto de 2012. Houve a distribuição de uma proposta de regulamento do Prêmio, a ser aprovada na Reunião Extraordinária de Belém/PA. O Presidente destacou que os prêmios a serem concedidos poderiam ser oriundos de valores disponíveis em conta do Conselho, proposta a ser deliberada pelo Colegiado. Outrossim, informou ao Colegiado que, em virtude desses valores, a Receita Federal encaminhou notificação ao Conselho, em face da ausência de declaração de imposto de renda. O Presidente salientou que já estão sendo adotadas as providências necessárias à regularização dessa questão, e que na próxima reunião trará notícias sobre o andamento do processo. Doutor Cláudio fez uma sugestão referente ao tema do pagamento de diária relativa ao deslocamento de promotores em exercício de função eleitoral, questão ressurgida no Centro de Apoio Eleitoral do MP/RJ. Embora já tenha havido decisão do TSE acerca da inviabilidade do pagamento, houve mudança de composição do Tribunal. Neste sentido, foi escolhido o PGJ do Estado de Rondônia, Doutor Heverton, para que assumisse a relatoria desse processo, a ser discutida posteriormente pelo Conselho a possibilidade de provocar o TSE a se manifestar sobre o assunto. Um outro tema, relativa à medalha do CNPG, foi proposto pelo Presidente, no sentido de homenagear os ex-Procuradores-Gerais com a honraria. A proposta foi aprovada pelo Colegiado. Doutor Cláudio também informou acerca de telefonema da Ministra da Política da Defesa das Mulheres, pelo qual informou a ideia do Ministério de fomentar a efetividade da Lei Maria da Penha, pedindo a ajuda do CNPG para formar um Plano conjunto de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. O Presidente ficou satisfeito com essa procura pelo auxílio do Conselho para viabilizar uma maior efetividade da referida Lei. Dando continuidade aos trabalhos, foi concedida a palavra à Dra. Isabel Porto, Secretária Executiva do GNDH, a qual cumprimentou o Presidente e a Secretária Executiva do CNPG, além dos Conselheiros do CNMP presentes. Após, a Promotora passou à leitura de questões a serem aprovadas pelo Colegiado: 1) Indicação de Promotor de Justiça como Gestor responsável pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando à participação dos escolhidos em curso de capacitação a ser ministrado em 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011. Quanto a essa questão, deliberou-se enviar ofício aos Procuradores-Gerais para que estes procedam à indicação dos membros; 2) Criação de Comitês de Enfrentamento às Drogas no âmbito de cada MP, composto por membros do GNDH. Quanto a esta proposta, foi aprovada a expedição de Recomendação para que se providencie a criação desses Comitês; 3) Escolha de um “Dia D” para criação concomitante dos Comitês nos Estados – foi aprovada a data de 14 de dezembro de 2011 (Dia do Ministério Público); 4) A existência de um servidor em cada Ministério Público para receber as demandas do GNDH, e para prestar as informações – não houve deliberação final; 5) Que os encaminhamentos possam ser feitos, uma vez aprovados pelo Colegiado do CNPG, pela Secretária Executiva do GNDH – esta



1

1 proposta foi aprovada. Doutora Isabel Porto anunciou a realização da IV Reunião do
2 GNDH, nos dias 06 e 07 de dezembro, em Belo Horizonte. Por fim, a Secretária
3 encaminhou à Presidência do CNPG a lista de Comissões Permanentes do GNDH que
4 aguardam indicação dos Estados. Após, foi concedida a palavra ao Doutor Gilmar de
5 Assis, do MP/MG, Coordenador da Comissão Permanente de Defesa da Saúde
6 (COPEDS). O Promotor saudou o Presidente do CNPG e todos os presentes, e fez um
7 breve relato das reuniões do GNDH. O ponto submetido à aprovação foi o seguinte: 1)
8 Possibilidade de realização de Cooperação Técnica entre a Confederação Nacional dos
9 Municípios e o CNPG, no que tange à área da saúde no combate às drogas (crack) – Em
10 discussão: a Procuradora-Geral do MP/DF, Doutora Eunice Carvalhido indagou acerca
11 da conveniência de se unir todas as demandas para estabelecer uma estratégia única
12 de ação. O promotor respondeu que o aspecto da interdisciplinariedade foi suscitado
13 na reunião plenária do GNDH. Deliberação: A questão foi aprovada. Em seguida,
14 concedeu-se a palavra à Doutora Lindinalva Dalla Costa, Coordenadora da Comissão
15 Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID).
16 A Promotora solicitou que os Estados façam as indicações para a COPEVID e relatou
17 algumas iniciativas da Comissão criada em 2011, dentre as quais a elaboração de
18 Cartilha e de Campanha Publicitária. Reiterou a importância de um Cadastro Nacional
19 previsto na Lei Maria da Penha, contando, para isso, com a participação dos
20 Procuradores-Gerais. O Presidente do CNPG externou seus agradecimentos ao
21 Corregedor Nacional, Doutor Jeferson Coelho, pela presença na reunião, concedendo-
22 lhe a palavra para o fecho do período da manhã. O Corregedor associou-se às
23 homenagens feitas à Doutora Socorro França, e externou preocupação quanto à
24 efetividade das Resoluções emanadas do CNMP., inclusive do processo de julgamento
25 dos processos incluídos em pauta. O Presidente reiterou que seria extremamente
26 salutar que o Doutor Jeferson Coelho estivesse presente em todas as reuniões do
27 CNPG. O Presidente suspendeu os trabalhos para o almoço. Retomando os trabalhos,
28 Doutor Cláudio concedeu a palavra à Doutora Maria Elmira do Amaral Dick,
29 Coordenadora da Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência e do
30 Idoso (COPEPDI). A Coordenadora cumprimentou o Senhor Presidente do CNPG, e
31 apresentou um breve relato sobre a última reunião da Comissão, ocorrida em
32 setembro, em que houve a participação do Presidente da CONADE, com vistas a
33 promover a dignidade do idoso. O Presidente do CNPG esclareceu que o Conselho
34 estaria preparando-se para deliberar sobre o assunto da acessibilidade, havendo,
35 inclusive, enviado ofício aos PGJs e ao GNDH, para que fossem enviadas sugestões ao
36 Projeto do Conselheiro do CNMP, Doutor Luiz Moreira, versante sobre acessibilidade.
37 A Promotora destacou a importância do Projeto do CNMP, mas esclareceu que o
38 trabalho desenvolvido pela Comissão possui um caráter mais minucioso, inclusive com
39 estabelecimento de regras específicas sobre a parte arquitetônica, reserva para
40 pessoas com deficiência em concursos públicos. Ao término da apresentação, Doutor
41 Cláudio parabenizou a Coordenadora e ressaltou que o tema abordado é bastante

2

7

1

1sensível e merecedor de toda a atenção. Em seguida, foi concedida a palavra ao
2Doutor Paulo Leme do MP/RO, Vice-Coordenador da Comissão Permanente de Defesa
3de Direitos Humanos – sentido estrito (COPEDH). O Promotor relatou que na reunião
4de Gramado, houve a participação do Diretor do INCRA, tratando-se da situação dos
5quilombolas. Os resultados da reunião foram: a) Relatório de criação das Promotorias
6agrárias nos Ministérios Públicos de todo o Brasil; b) Solicitar a participação de um
7Procurador da República por região em cada Comissão Permanente do GNDH; c) Atuar
8para a criação e fortalecimento de Conselhos e Fundos Estaduais e Municipais
9Antidrogas (providência que está sendo implementada por cada membro da Comissão
10em seus respectivos estados); d) Atuar para criação de espaços de discussão (Fóruns,
11convênios) com o objetivo de acompanhar a comunicação social e a publicidade sobre
12álcool, medicamentos e outras drogas – neste ponto, o PGJ do Paraná, Doutor
13Olympio, sugeriu que fosse recuperada Nota Técnica do CNPG, no sentido de coibir a
14propaganda de drogas; e) Encontro com o Ministério do Desenvolvimento Social; f)
15Expedição de ato administrativo de criação do Grupo de Trabalho Estadual de Combate
16ao Racismo, aprovado em Brasília. Neste momento, o Coordenador apresentou os
17pontos a serem aprovados pelo Colegiado do CNPG, quais sejam: 1) Início de tratativas
18entre o MP (via COPEDH/GNDH) e o Incra, referentes às áreas quilombolas. Neste
19pormenor, o Promotor fez alusão ao cuidado a se verificar quanto ao risco de
20desvirtuamento das áreas declaradas de proteção a quilombos; 2) Aprovação de
21calendários de Reuniões Regionais para discutir questões de processo de
22reconhecimento de titulação das áreas de quilombos. Neste sentido, o Incra se dispôs
23a visitar cada MP, para mostrar quais as áreas que estão em processo de
24reconhecimento e colaboração dos promotores de Justiça e Procuradores da República
25do local; 3) Aprovação de encaminhamento de Ofício à Diretoria de Ordenamento de
26Estrutura Fundiária do Incra, solicitando que seja viabilizado o acesso, por parte dos
27MPs, a dados geográficos; 4) Estabelecimento de capacitação permanente em direitos
28humanos aos demais membros do MP, com ênfase na sensibilização dos promotores.
29A proposta é que sejam ministrados cursos aos membros, principalmente aos que
30estão em início de carreira; 5) Continuação do gerenciamento do MP junto às
31Secretarias Estaduais competentes para viabilizar a inclusão da temática dos Direitos
32Humanos nos cursos de formação de policiais militares, civis, guardas municipais e
33agentes penitenciários. O Colegiado do CNPG aprovou as propostas apresentadas.
34Após, o Doutor Paulo Leme agradeceu a oportunidade e alertou que os membros do
35MP devem fazer com que o próprio Poder Público ajude as casas de recuperação a se
36adequarem às exigências legais, a fim de que estes estabelecimentos possam ofertar
37um bom tratamento às pessoas dependentes. Agradeceu, ainda, à Presidência do
38GNDH. Doutor Cláudio parabenizou o Promotor Paulo Leme. A Presidente do GNDH,
39Doutora Socorro França, interveio para parabenizar a Secretária Executiva do GNDH,
40Doutora Izabel, e os Coordenadores das Comissões. A aludida Procuradora-Geral
41ressaltou a relevância dos trabalhos das Comissões, ao mesmo tempo em que trouxe à



1

1tona dado colhido pelo Doutor Gilmar de Assis, segundo o qual dos mais de R\$ 300 mi
2aportados para a prevenção da saúde dos drogaditos, apenas foi gasto R\$ 1 mi, para
3ressaltar que a política pública e o orçamento não estão sendo aplicados. Doutora
4Socorro ainda dirigiu um pedido ao Colegiado do CNPG, para que seja dado incentivo
5aos membros das Comissões, pois eles estão efetivando o trabalho do MP. A
6Procuradora-Geral ressaltou que o GNDH fortalece o CNPG, até mesmo por ser
7integrante deste. Após o encerramento da apresentação do GNDH, o Presidente do
8CNPNG assegurou que a Presidência dará todo o incentivo aos trabalhos do GNDH, da
9mesma forma como ao GNCOC. Ressaltou que a atuação destes dois Grupos eleva a
10atuação do CNPG. Em seguida, o Procurador-Geral do Amazonas, Doutor Francisco,
11saudou a Doutora Socorro, parabenizando-a por sua trajetória, e externou os
12agradecimentos, em nome do Estado do Amazonas e do Brasil, por todos os serviços
13prestados. O Procurador-Geral da Bahia e a Procuradora-Geral Adjunta do Rio Grande
14do Norte externaram sua admiração por Doutora Socorro. Após, o Doutor Sérgio Dário
15Machado, Vice-Presidente do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministério Público do
16Brasil (CDEMP), solicitou que fosse destinado um tempo para a apresentação, na
17Reunião de Belém, do calendário do aludido órgão, o que foi deferido pelo Doutor
18Cláudio Lopes. Em seguida, o Doutor Sérgio, na qualidade de Coordenador Nacional da
19Campanha “O que você tem a ver com a corrupção”, solicitou que fosse deferido um
20prazo para apresentação do relatório de sua gestão de dois anos à frente da
21Campanha. Informou acerca da realização do Primeiro Congresso alusivo à Campanha,
22o qual ocorreu no Rio Grande do Sul, e que foi um sucesso total, contando com a
23participação de diversas autoridades e do povo também. Informou que será realizado
24no Acre o Segundo Congresso, pedindo apoio do Colegiado, principalmente enviando
25os Coordenadores para participarem da reunião prévia e do próprio Congresso.
26Explicou que a ideia é que se faça este evento com periodicidade bianual, coincidindo
27com os anos eleitorais. O Coordenador também pediu ajuda no levantamento à
28efetividade do MP na apuração da improbidade administrativa e da corrupção.
29Ademais, na qualidade de representante do PGJ do Espírito Santo, justificou a ausência
30deste, em virtude de convocação pelo Governador do Estado, e aproveitou o ensejo
31para cumprimentar e homenagear a PGJ do Ceará, Doutora Socorro França. A
32Procuradora-Geral do Maranhão, Doutora Fátima Travassos, registrou que o trabalho
33de Doutora Socorro deve continuar a ser recepcionado pelo Conselho. Na
34oportunidade, salientou a importância da defesa da vida em sua plenitude. Neste
35sentido, salientou a relevância dos direitos do nascituro, da proteção da vida a partir
36da concepção, da antecipação da morte de fetos e bebês anencéfalos com a
37interrupção da gravidez. Doutora Fátima assumiu a posição de criar um grupo de
38estudo, formado pelo MP/MA, pela CNBB Nordeste, como forma de trazer mais
39legitimação ao MP. Propôs, enfim, a criação de uma Comissão de Defesa da Vida.
40Sobre este assunto, o Procurador-Geral de Goiás, doutor Benedito Torres, após breve
41explicação, disse estar convencido que o Judiciário não pode invadir o campo de



1

1 atribuições do Legislativo, de forma a legitimar condutas não tipificadas na lei penal, a
2 exemplo da antecipação do parto inviável do anencéfalo. Ficou deliberado que a
3 Doutora Fátima formalizará a proposição de criação de Comissão no GNDH para ser
4 trazido ao Colegiado. Em continuação, o Presidente do CNPG parabenizou o
5 Procurador-Geral da Paraíba, Doutor Oswaldo, representado na reunião pelo
6 Subprocurador-Geral, Doutor Nelson, pelo excelente trabalho à frente do GNCOC, que
7 resultou em uma operação nacional que contou com a participação de grande partes
8 dos MPs. A operação, nas palavras de Doutor Cláudio, teve bastante efetividade e
9 repercussão nacional, como veiculado pela mídia. Esclareceu que o trabalho poderá
10 implicar a recuperação de mais de R\$ 1,5 bi aos cofres públicos. Outrossim, o
11 Presidente também noticiou o recebimento de um convite para, no final de novembro,
12 participar de um encontro, em Haia, Holanda, com um organismo europeu de combate
13 ao crime organizado, e que logrou êxito em ter o convite estendido ao Doutor
14 Oswaldo. O Presidente externou sua satisfação em saber que o organismo
15 internacional entendeu que, neste assunto, quem deveria ser convidado era o CNPG.
16 Por fim, o Presidente agradeceu mais uma vez à Doutora Socorro França pela
17 organização impecável do evento. Esta, por seu turno, parabenizou o Senhor
18 Presidente e a Secretária Executiva pela condução dos trabalhos. Nada mais havendo a
19 tratar, o Presidente do CNPG declarou encerrada a reunião, sendo por mim, Maria
20 Helena Nunes Lyra, Secretária Executiva, lavrada a presente ata.

21

22

23

24

Claudio Soares Lopes

25

Presidente do CNPG

26

27

28

29

Maria Helena Nunes Lyra

30

Secretária Executiva do CNPG

31